

PRIMAVERA NO MUNDO ÁRABE?

Pedro Gomes Barbosa¹

Os movimentos que, sobretudo desde Janeiro de 2011, percorrem o chamado “Mundo Árabe”, têm sido geralmente classificados como a “Primavera do Mundo Árabe”, e alguns comentadores chegaram mesmo a estabelecer comparações e paralelos com o que se passou, a partir dos finais da década de oitenta, nos países do antigo Bloco de Leste. Comparação que não classifico como “apressada”, mas sim como completamente errada. Para analisar este problema há que partir da observação cronológica dos factos, e enquadrá-los tanto no desenrolar recente desses mesmos acontecimentos, quanto numa perspectiva histórica dos mesmos. Desde logo, o conhecimento da História e da Religião desses povos e lugares. Ou seja, caímos em análises erradas se queremos colocar todos esses movimentos “no mesmo saco”.

Na sequência dos acontecimentos difundiu-se a ideia de que estaríamos perante revoluções democráticas e levantamento de civis que aspiravam a viver os ideais ocidentais. Não nego que alguns dos intervenientes tivessem, e tenham, essas intenções, mas generalizações podem levar a que não percebamos o que realmente se está a passar.

Teremos que reconhecer, contudo, que fazer previsões sobre a evolução dos acontecimentos é bastante arriscado. Em primeiro lugar, porque apenas temos acesso às chamadas “fontes abertas”. Em segundo lugar, porque novas variantes estão permanentemente a entrar em jogo. Mas tentaremos uma análise que, não tendo a presunção de encontrar a Verdade, nos pode abrir algumas pistas, sempre provisórias.

Poderemos dizer, de forma breve, que temos três teatros em análise, e não apenas um. Eles são a África do Norte, o Golfo, Pérsico ou Árábico, conforme se queira, e o Iémen. Isso não significa que não haja “contágios”, mas mais na forma do que no conteúdo. Por exemplo, a utilização da Rede e as concentrações em praças, moda que já passou para a Europa.

Porquê estas divisões?

¹ Vice-presidente do Instituto Luso-Árabe para a Cooperação, subdirector do Instituto de Estudos Árabe-Islâmicos da Faculdade de Letras de Lisboa.

Começamos pelo Iémen. País pobre, confronta a norte com a Arábia Saudita, a oriente com o Oman, e permite controlar, a ocidente, a entrada para o Mar Vermelho e o acesso dos barcos que se dirigem para o Mediterrâneo, via Canal de Suez. O regime ditatorial do presidente Saleh, no poder há mais de trinta anos, tem convindo a vários países, nomeadamente aos Estados Unidos e à Arábia Saudita. No Iémen estão sediadas as principais bases da Al-Qaeda da Península Arábica, sobretudo após a morte, em Novembro de 2002, do chefe dos jihadistas Abu Ali al-Harithi, eliminado durante o ataque por UAV (unmanned aerial vehicle) americano, na sequência do atentado ao petroleiro Limburg. Em 2008, o iemenita Al-Wahaishi torna-se líder dos jihadistas iemenitas, que tinham passado por um período de desorganização após a morte de al-Harithi. Em Janeiro de 2009, o que restava dos jihadistas sauditas colocam-se sob o comando de al-Wahaishi, estabelecendo-se, desde logo, uma hierarquia na qual os iemenitas tinham preponderância, sendo o número dois da AQPA um saudita, Said Ali Al-Shihri. Do núcleo duro do grupo fazem ainda parte, entre outros, Al-Asiri, o principal especialista na fabricação de bombas, Al-Raymi, chefe militar do grupo e Al-Rubaish, um especialista na lei islâmica, formado pela Universidade Muhammad Ibn Saudi e antigo detido em Guantanamo e enviado para a Arábia Saudita para ser reeducado. É evidente que, após a reeducação voltou ao jihadismo. Interessa ainda referir Al-Awlaki, americano, que passou de salafista a jihadista, e é um dos trunfos da AQPA para a propaganda entre os muçulmanos de língua inglesa.

Mas esta não é a única e talvez a principal preocupação do Poder iemenita. As divisões tribais jogam aqui um papel importante. Notemos que maioria dos combatentes que acompanhou Bin Laden era iemenita. Entre eles estava Tariq al-Fahdli, da poderosa tribo al-Fahdli. Regressou quando se estava ainda num Iémen dividido. Al-Fahdli foi então usado pelo Norte para combater os marxistas do Sul. A aliança entre Saleh e al-Fahdli renova-se em 1993 para que este combata os grupos marxistas do sul, agora em guerra civil. Na sequência, torna-se num dos próximos do presidente Saleh e, segundo os costumes tribais, para selar a aliança uma sua irmã casa com o general Ali Mohsen al-Ahmar, membro da tribo de Saleh, chefe do Distrito Militar Norte, comandante da 1ª Divisão Blindada e próximo dos islamitas da velha guarda. Retirado o poder a Mohsen em 2010, pela proeminência dada à Guarda Republicana, dirigida por um dos filhos de Saleh, e às Forças Especiais de Segurança, agora comandados por um sobrinho do Presidente, Mohsen passa para o campo dos opositoristas. Mohsen tem ligações à

família real saudita, e alia-se ao sheik Hamid al-Ahmar, cujo pai tinha liderado a confederação de tribos Hashid, da qual faz parte a tribo do presidente Saleh. Este Hamid é também um dos dirigentes do partido Islah, da oposição. Resta dizer, ainda, que o acima citado Fahdli, que está nesta amálgama de oposição, embora seja um jihadista, tem fortes ligações à família real saudita².

Confuso, na verdade. E estou a simplificar, Não referirei uma das principais preocupações sauditas, os rebeldes al-Houthi, que habitam junto da fronteira saudita e pertencem a uma seita shiita, os Zaydi. Os sauditas temem o contágio deste grupo com as suas ricas províncias do sul, Najran e Jizan, de maioria ismaelita, logo, shiitas, considerados heréticos pelos wahhabitas. De tal forma a preocupação que, inspirados pelos sauditas, a 28 de Janeiro de 2011 a Al-Qaeda da Península Arábica declara guerra aos al-Houthi.

Este facto leva-nos ao outro teatro, o Golfo, onde se digladiam sauditas e iranianos, usando os seus naturais grupos religiosos, os sunitas e os shiitas, numa guerra pelo controlo estratégico da região.

Socorro-me, aqui, dos argumentos de Georges Friedman.

O abandono previsto do Iraque pelas forças americanas, deixando um governo fraco e forças armadas e de segurança com grandes debilidades, facilita o preenchimento desse vácuo pelo Irão que, aliás, nunca escondeu as suas intenções. Lembremo-nos que a maioria dos iraquianos é shiita. Não estou a falar de uma intervenção armada iraniana no Iraque, embora os 73 milhões de iranianos e um exército fortemente doutrinado pudesse favorecer este hipotético desejo. Mas a estratégia passaria, antes, por enfraquecer o governo iraquiano usando as populações shiitas e os seus grupos armados. Contudo, existem duas variáveis que Friedman não contempla: a posição da Turquia, por um lado, e a hipótese de os Curdos se oporem a esta desejada hegemonia.

O desejo de Teerão é, como sempre o foi, desde a Antiguidade, tornar-se, de novo, numa grande potência regional, o que não foi permitido pelo Reino Unido, após o

² O recente atentado ao palácio presidencial iemenita, em que o presidente Saleh ficou ferido, estando a ser tratado na Arábia Saudita, junta mais incertezas ao problema. Mas a resistência do clã Saleh pode ser levada a cabo pelos seus próximos, que dominam as forças especiais.

colapso do império Otomano, e posteriormente pelos Estados Unidos, com o apoio aos Estados da Península Arábica. E é para a supremacia no Golfo que também se voltam as atenções do Irão, sobretudo tentando controlar, ou pelo menos, condicionar, a política petrolífera. E não é por acaso que a Arábia Saudita, mas também os Emiratos Árabes Unidos se estão a armar sobretudo com plataformas aéreas especialmente equipadas para a destruição de radares e baterias de costa. Basta consultar as informações em publicações especializadas em armamento.

O caso-teste será o Barhein. Aqui, uma dinastia sunita governa uma maioria shiita, que se sente afastada do Poder e dos benefícios económicos. Não defendo que as revoltas no Barhein se devam a uma intervenção iraniana, mas é uma oportunidade demasiado boa para não ser aproveitada. Seria um teste à capacidade de mobilização dos shiitas nos Estados do Golfo, que não ficaria só por ali. Depois seria Oman e o Qatar. Lembremo-nos que o Barhein, para além de estar próximo das ricas províncias petrolíferas da Arábia, de maioria ismaelita, como foi referido, alberga a 5ª Esquadra Americana, e no Qatar está sediado o Comando Central americano e a base aérea de Al Udeid. A chegada ao Barhein do “clérigo” shiita Hassam Mushaima, que estava exilado em Londres, pode facilitar a coordenação do movimento com o apoio iraniano.

Friedman pensa que a estratégia do Irão pode basear-se em três pilares:

1. Eliminação da presença de potências estrangeiras na região, o que favoreceria o poder do Irão;
2. Convencer a Arábia Saudita e outros Estados da região de que devem chegar a um entendimento com Teerão;
3. Redefinição da economia petrolífera no Golfo, em favor do Irão.

É certo que estes objectivos, propostos por Friedman, estão longe de serem conseguidos, mas nem por isso deveremos colocá-los de parte.

Neste cenário, o que se passa na Síria? Será a abertura de uma segunda frente, pela Arábia Saudita, junto à fronteira com o Irão, utilizando, aqui, a maioria sunita que está dominada pelos Alauitas shiitas? São cerca de 74% da população, contra 14% de alauitas, 9 a 10% de Cristãos e 2 a 3% de Drusos. É certo que o problema palestino

levou a uma colaboração entre a Síria e a Arábia Saudita, mas como costumam dizer os ingleses, não existem aliados permanentes nem inimigos para todo o sempre.

Vejamos, por último, e ainda que de uma forma breve, o que se passa na África do Norte.

Em Janeiro intensificou-se na **Tunísia** a chamada “Revolução dos Jasmins”, em contestação à governação do presidente Zil el-Abidine Ben Ali. O desemprego e a falta de perspectivas de uma população constituída por um número muito grande de jovens, facto comum aos vários países da margem sul do Mediterrâneo, cria um caldo propício a contestações e, mais tarde, a revoltas. A existência de um governo há muito instalado no poder, e com altos níveis de corrupção, favorece ainda mais a eclosão de movimentos de contestação. A emigração para países terceiros, como a França ou a Líbia, por exemplo, não resolve o problema que o Poder não vê ou não quer ver, muitas vezes apoiando-se num aparelho policial repressivo.

Mas a Tunísia tem uma história recente que a afasta de muitos outros países árabes. De notar, por exemplo, que a Tunísia conheceu uma constituição ainda no século XIX, o que mostra alguma distanciação deste país com os tradicionais sistemas tribais norte-africanos.

Convém recordar, e que me perdoem esta deformação de historiador, que ao classificarmos os países da África do Norte como árabes, estamos a cometer o primeiro erro de análise. É certo que eles assim se designam, mas porque recordam uma invasão vitoriosa que lhes trouxe uma nova religião e, durante algum tempo, uma unidade entre tribos que se guerreavam. Mas na realidade, a composição e a História desses países é bastante diferente, sobretudo depois que o Califado perdeu força e a unidade se foi fragmentando, primeiro em emirados e, mais tarde, quando se sentiram mais confiantes na sua força, ou se opuseram à forma religiosa dominante, o sunismo, criaram os seus próprios califados. O *Islam* transformou-se, então, como ainda hoje acontece, no *Bilad al Islam*, o Mundo Islâmico, unidos por uma religião e separados por diferenças culturais profundas. Na verdade, a maior parte dos habitantes da África do Norte é berbere, designação derivada da classificação dos primeiros dominadores vindos da margem norte do Mediterrâneo, e que significa “bárbaro”. O Egipto é, talvez, a excepção, embora possamos encontrar nos outros países alguns grupos provenientes da África sub-sahariana. Mas berbere é um termo que em si só engloba vários grupos

humanos que se foram assentando nas zonas mais férteis ou, pelo menos, não desérticas. Assim podemos falar, por exemplo, dos berberes ibero-maurosianos. O primeiro indicativo, “íbero”, demonstra, sem sombra de dúvida, uma ligação com populações com características físicas próprias, e que podem ser encontrados no sul da Península Ibérica. A única ligação entre esses grupos é uma língua comum, com as suas variantes locais. Não existe qualquer parentesco étnico, e mesmo, em muitos casos, cultural, entre um berbere kabila ou um mozabita, da Argélia, ou entre um tuareg e um habitante do Alto Atlas marroquino, ou ainda entre o do Mzab e o de Djerba. Quanto aos árabes conquistadores, sempre foram, e continuam, uma minoria, muitas vezes ligados aos regimes monárquicos derrubados pelas revoluções nacionalistas do século XX.

Voltando à Tunísia. O fundador da nova Tunísia pós ocupação francesa, e presidente a partir de 1957, Habib Bourguiba, introduziu profundas modificações no País, numa perspectiva de modernização, sem renegar a base islâmica do seu povo. O seu conceito de Grande Jihad, como a permanente luta para o progresso económico e social tunisino, valeu-lhe a denominação de Ataturk da Tunísia. Embora tenha sido destituído, em 1987, por um golpe militar, e substituído por Ben Ali, as suas reformas não tiveram retrocesso, e algumas foram mesmo ampliadas. Mas a corrupção e a falta de oportunidades para os jovens, num país que estava aberto às influências e ao conhecimento da vida em países mais desenvolvidos³, levou necessariamente à revolta de 2011.

Contudo, o Poder não caiu na rua. Foram feitas concessões no sentido de uma maior abertura, e prometido um combate à corrupção, assim como a promessa de desenvolvimento económico. Este é o aspecto que merece mais atenção, já que não é conseguido de um dia para o outro, especialmente num país que não possui os vastos recursos naturais dos seus vizinhos Líbia e Argélia. O descontentamento pela demora na melhoria das condições de vida poderá ser aproveitado por forças políticas mais retrógradas, mas que sabem que alguma assistência social, ainda que pequena, pode ligar as massas à sua causa. Refiro-me, como é evidente, aos movimentos islamitas. Mas não será fácil já que, ao lado de um conjunto de jovens que aspiram a um modo de vida onde entrem (pelo menos) alguns modelos dos países desenvolvidos, temos a força das mulheres que, neste país, atingiram direitos e cargos como em nenhum outro país muçulmano.

³ Nomeadamente através dos seus emigrantes.

O **Egipto** é uma outra realidade. País com cerca de 80 milhões de habitantes, a sua configuração torna difícil o controle do território. Para além do número de jovens sem trabalho⁴, e muitos com escolaridade elevada, junta-se a aglomeração populacional em torno de algumas (poucas) grandes cidades. Só o Cairo, com os seus arredores, tem mais de 17 milhões de habitantes, sendo de quase 7 milhões no perímetro da cidade e mais de 19 milhões na zona metropolitana. A densidade calculada é de dezassete mil habitantes por quilómetro quadrado. País também com poucos recursos naturais, se comparado com alguns dos seus vizinhos, tem contudo petróleo e gás natural. Mas uma das suas maiores fontes de receita é o turismo.

Neste país, onde parte importante da população vive no limiar da pobreza, ou abaixo desse limiar, e onde grassa uma forte corrupção, é fácil a difusão de ideias islamitas e jihadistas, sobretudo nos subúrbios das grandes cidades (Cairo, Alexandria, Suez...), onde os Irmãos Muçulmanos (Al-Ikhwān Al-Muslimūn) desenvolvem uma forte actividade de apoio social. Este grupo foi fundado por Hassam al-Bana em 1928, que sustentava que, e cito, “o Islão é dogma e culto, pátria e nacionalidade, religião e Estado, espiritualidade e acção, Corão e sabre”⁵. Embora tenham renunciado à violência como forma de impor o domínio do Estado Islâmico baseado na *shari'a*, um grupo dissidente foi formado, a *al-Gama'a al Islamiyya*, que em tradução quer dizer apenas Grupo Islâmico. De recordar ainda que aos Irmão muçulmanos pertenceu o número dois da Al-Qaeda, Ayman al-Zawahiri. Contudo, no Egipto, e apesar de termos observado movimentações dos Irmãos Muçulmanos na praça Tahir, o Poder também não caiu na rua graças a uma rápida intervenção do exército, que aliás não perdeu tempo a apropriar-se dele e a assumir o controlo dos acontecimentos, intervenção não a nível da repressão, o que teria representado um banho de sangue, mas associando-se à corrente reformista e controlando uma transição pacífica. Aliás, atrevo-me a dizer que as Forças Armadas egípcias aproveitaram o movimento para voltarem a tomar o Poder, sem os antigos senhores. Manifestações de, admitamo-lo, centenas de milhares de pessoas na Praça Tahir, numa área metropolitana de 19 milhões de almas, e ainda algumas efémeras demonstrações nos arredores de Alexandria e Suez, não deitam a baixo um regime ditatorial apoiado nas Forças Armadas. A maior parte dos egípcios não se manifestou,

⁴ E também de adultos.

⁵ (citado por Janine e Dominique Sourdel em *Dictionnaire Historique de l'Islam*, Paris, 2004, pág. 313).

mas essas concentrações foram sendo ampliadas pelos *media*, dando a impressão de que a maior parte do povo estava com a mudança, percepção sem qualquer verificação. E isso foi capitalizado pelos militares.

Mas também no Egito o problema reside num rápido desenvolvimento económico, e os egípcios esperam investimentos significativos na sua economia, no sentido de criar riqueza sustentável. Não esperam do Ocidente lições de democracia, mas parceria económica, sobretudo se não vier das multinacionais, que são vistas como potenciais perigos de domínio sobre a economia e a política do País.

Haverá perigo de uma tomada de poder pelos islamitas? Lembremos, em primeiro lugar, que grupos salafitas e outros radicais islâmicos da África do Norte se declararam apoiantes da Al-Qaeda, o que quer que esse movimento terrorista hoje signifique. Alguns especialistas pensam que a al-Qaeda representa hoje apenas um nome, sem grande poder de intervenção operacional. Os vários grupos que se reclamam seus afiliados usariam o nome num sistema de *franchise*. Nessa linha estariam a Al-Qaeda do Maghreb Islâmico (AQMI) ou Al-Qaeda da Península Arábica (AQPA). Embora possa haver alguma parte de verdade nesta análise, não penso que a possamos tomar como totalmente certa.

Por outro lado, há que contar com uma noção de tempo que não é a Ocidental, e com a certeza de uma missão religiosa, muito para além da simples política. E não podemos deixar de ter em conta o peso e a implantação dos Irmãos Muçulmanos no Egito, peso e implantação que desconhecemos e que, penso, não se pode medir pelos resultados eleitorais passados, que sabemos terem sido sistematicamente manipulados⁶. Também não chega dizer, para sustentar que não há perigo de jahidismo, que muitos jovens egípcios têm formação superior. Ali Atta era titular de um mestrado e provinha de uma família de classe média, pelo menos.

Não irei referir aqui os casos da **Argélia** e do **Reino de Marrocos**, de momento pouco tocados por movimentos de contestação, o que não quer dizer que eles não existam e não representem factores de destabilização, especialmente no caso da Argélia. Algumas reformas tomadas atempadamente podem ter esvaziado estes movimentos,

⁶ De recordar a vitória dos islamitas nas eleições argelinas, contrariada depois pela intervenção do exército.

embora os não tenham eliminado, e serão capazes de despertar, especialmente se os outros três estados norte-africanos se transformarem em bases islamitas.

O caso da **Líbia** é mais complexo e mais perigoso. É imprevisível o que vai acontecer no terreno. Depois de um recuo dos revoltosos, quase confinados a Benghazi, o avanço dessas forças tornou-se rápido após a intervenção dos aviões da coligação e dos mísseis de cruzeiro lançados de plataformas marítimas americanas. Contudo, uma diminuição da intervenção levou a que esse grupo de revoltosos, pouco organizado, recuasse em 48 horas cerca de 300 quilómetros⁷, para voltar, nestas últimas semanas, a estabilizar uma frente de combate um pouco mais para ocidente, em Misrata. Mas uma pergunta se impõe: onde estão os oficiais superiores que se passaram para o lado dos revoltosos?⁸ E por que é que muitos dos militares que desertaram não levaram as suas armas, como bem notaram alguns especialistas militares?

Parte do Império Otomano até 1911, é nesse ano conquistada pelos italianos. Nove anos mais tarde, a parte oriental, a Cirenaica, tem um rei, reconhecido pelos italianos, Sidi Muhammad Idris al-Mahdi al-Sanussi, que contudo é obrigado a fugir para o Egipto, pouco depois. Após a II Guerra Mundial, e na sequência dos combates ali travados, a Líbia⁹ é dividida entre os ingleses (que dominam a Cirenaica e a Tripolitana) e os franceses que controlam o Fezzan. Em 1949 a ONU reconhece a independência do país, e em 1951 Sidi Muhammad Idris al-Mahdi al-Sanussi é designado rei, Idris I, unindo as três regiões tribais. Saltemos para a Era Ghadafi. A revolução de 1969, liderada por Mohamar Ghadafi, derruba a monarquia de Idris I.

O apoio de Ghadafi a movimentos terroristas árabes, mas também de outras zonas, incluindo movimentos europeus, com a criação de campos de treino de guerrilheiros, tornam-no um dos principais inimigos do chamado “mundo livre”. O governo líbio patrocina vários atentados, sendo os mais espectaculares a destruição de um Boeing 747 da PanAm sobre Lockerbie, na Escócia, e de um DC10 francês sobre o Níger.

⁷ Este texto foi terminado a 1 de Abril.

⁸ Muitos estão no exílio, especialmente em Itália.

⁹ Nome dado à região por Mussolini.

Todos conheciam a autoria dos ataques encomendados pelo governo Líbio, incluindo aqueles que estavam no interior do interior do Regime e que, agora, “descobriram” subitamente a Democracia. Todos conheciam o apoio ao terrorismo internacional e a opressão sobre parte do povo líbio. Todos sabiam que Ghadafi era um ditador sanguinário e, para dizer o mínimo, mitómano. O que mudou em 2004?

Penso que vários factores contribuíram para que o coronel passasse, de repente, a ser aceite pelo Ocidente. Não interessa saber se foi Seif al-Islam, o filho de Ghadafi, que serviu de elo de ligação. Se foi, terá sido o *casus* e não a *causa*.

Estamos nos anos seguintes ao ataque do 11 de Setembro. A Al-Qaeda, apesar da guerra no Afeganistão, representa uma ameaça bem real. Mas uma ameaça não apenas aos “cruzados” ocidentais e, no dizer de um dirigente do AQMI, aos seus aliados judeus e aos apóstatas shiitas, declaração esta de extrema importância. Lutando, assim o dizem, pela reconstrução do Califado e união da *Umma*, a comunidade de todos os crentes¹⁰, este movimento tem fortes apoios no mundo muçulmano por parte daqueles que pensam que o Islão está a sofrer insuportáveis ataques de uma cultura estranha, infiel, que se quer aproveitar das riquezas, sobretudo petrolíferas, de muitos países islâmicos, apoiando igualmente governos corruptos e, na opinião de muitos, afastados da verdadeira fé. O movimento jihadista tem como objectivo igualmente, para não dizer primordialmente, o derrube desses mesmos governos. Os movimentos terroristas antes apoiados pelo Coronel lutavam por causas nacionalistas ou anti-colonialistas. Daí não viria perigo. Mas este novo projecto era muito mais perigoso. Daí a necessidade de se unir a quem o combatia.

Para o Ocidente, especialmente para a Europa, havia várias vantagens que o fizeram mudar de rumo. Em primeiro lugar, estava ali um aliado na guerra contra o jihadismo, que se comprometia a não acolher os seus antigos protegidos. Em segundo lugar, Ghadafi comprometia-se a impedir a migração de uma multidão de clandestinos sub-saharianos, pesadelo para os países europeus, incapazes de lutar contra essa “invasão”, por razões ditas humanitárias. Finalmente, a questão da exploração das ricas jazidas petrolíferas e de gás natural. Basta ver o mapa das concessões das companhias ocidentais, publicado pela Stratfor, para compreendermos o potencial energético líbio que, contudo, tinha falta de tecnologia para proceder a uma exploração eficaz e em

¹⁰ Seja esta a real razão, ou apenas uma capa propagandística, o fim mantém-se.

quantidade. E reparamos que a maior parte dessas concessões ocidentais, no mar ou em terra, estão na parte oriental do território, na Cirenaica, onde começou a rebelião.

De repente, sem que nada o fizesse crer, inicia-se uma revolta neste país fortemente repressivo. Aliás, pensava-se que este seria o último a conhecer uma contestação. Não que alguns sectores, eventualmente maioritários, não estivessem descontentes, mas seria um quase suicídio se tal acontecesse sem que os países limítrofes tivessem sofrido uma profunda mudança. A polícia de Ghadafi, e o exército, controlavam todos os grupos eventualmente perigosos no seio da sociedade líbia.

Quem são, então os contendores?

De um lado, aqueles que apoiam o coronel Ghadafi: grupos tribais, nomeadamente aquele a que ele pertence, e o exército, ou uma parte importante dele, que sempre sustentou o regime. Mas, e do outro? Como escreveram Marko Papić e Sean Noonan¹¹, “a revolution... requires organization, founding and mass appeal”.

A resposta a essa rebelião foi a repressão feroz e, na sequência dessa repressão, pela resolução 1973, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adoptou uma acção considerada de tipo humanitário. Mas o seu texto permitia várias leituras. Na realidade, dizer que se deveriam usar todos os meios para proteger a população civil era suficientemente vaga para permitir todo o tipo de acções. Todas as acções menos uma: derrubar Ghadafi. A Liga Árabe (na qual estão alguns estados que reprimem, por vezes violentamente, os seus cidadãos), a China e a Rússia (que se abstiveram na votação) entenderam esta acção como a criação de uma zona de exclusão aérea para impedir que a aviação líbia bombardeasse zonas onde estavam civis, o que na realidade estava a acontecer. Contudo, o que se verificou, logo no primeiro dia de intervenção, foram aviões franceses, Mirages e Rafales, a destruírem carros de combate às portas de Benghazi, a cidade onde tinha começado a rebelião. Essa acção veio impedir que as forças leais a Ghadafi conquistassem este último bastião dos rebeldes (e, depois, Tobruk, mais a leste, já perto do Egipto).

Mas, voltando à pergunta feita acima: quem são estes rebeldes? Esta questão é de difícil certeza já que apenas podemos ter acesso às chamadas “fontes abertas”.

¹¹ “Social media as a tool for protest”, publicado pela *Stratfor* a 3 de Fevereiro de 2011 (http://stratfor.com/182844?utm_source=SWeekly&utm_medium)

Podemos pensar que serão constituídos em boa parte por descontentes e elementos tribais da Cirenaica¹². Só? Pouco provável. Como referiram os investigadores acima citados, era necessária organização, fundos e apelo às massas (esta parte seria, eventualmente, mais fácil). Sabemos igualmente, pelas fontes abertas, noticiadas pelos jornalistas presentes, que se detectaram vários elementos jahidistas, provavelmente do AQMI. E, nestes últimos dias, a Al-Jazira filmou estrangeiros ocidentais, provavelmente ingleses, ao lado dos “revoltosos”, embora, como é natural, o Reino Unido tenha negado o seu envolvimento em acções terrestres¹³.

Vendo as imagens que nos são transmitidas pelos *media*, podemos facilmente deduzir que quem combate as forças de Ghadafi não são apenas voluntários civis, pouco habituados ao manejo das armas. Aliás, se tal acontecesse não teriam resistido muitos dias aos ataques do exército líbio. É pouco comum ver civis a manejar anti-aéreas, artilharia, multi-tubos lança rockets, e muito menos carros de combate. Ou mesmo aviões, já que há notícia de pelo menos dois aparelhos, embora antigos, em Benghazi.

Estamos, pois, perante uma guerra civil entre dois exércitos, um menos fardado do que o outro, mas ambos com muito material bélico, que sabem manejar. Ou seja: a acção das forças da “coligação” não está apenas a proteger populações civis, mas a apoiar claramente um dos lados.

Tudo isso não teria importância, e o afastamento de um ditador (ainda que branqueado durante certo tempo por alguns países) é sempre uma boa notícia, se tivéssemos a certeza de que, do outro lado, não haveria o perigo da instauração de uma outra ditadura que exportasse para a Europa o terrorismo global. Ou a criação de um Estado fraco, a partir do qual estes grupos se podem organizar.

Por fim, o facto de não se vislumbrar quem vai agarrar o poder depois de Ghadafi. Esse é, quanto a mim, o principal problema, já que o poder não teria o controlo por parte de um governo com força, embora, à partida, legítimo.

¹² Também se verificaram alguns levantamentos na região ocidental, muito perto de Trípoli.

¹³ A utilização, nestes últimos dias de helicópteros de ataque franceses e ingleses, baseados em plataformas marítimas, reforça esta ideia.

E, se estivermos também frente a uma cisão tribal, ou a Líbia se reparte em dois ou mais países, o que parece não ser a intenção dos revoltosos, ou em caso contrário haverá uma parte da população que passa de opressora a oprimida. A “coligação” irá também defender esses civis? Convinha aprender, e depressa, com o que aconteceu no Iraque, onde a destruição total do exército de Sadam deixou o país entregue a grupos armados.

Não se pode cometer o mesmo erro. É preciso ver quem irá tomar o Poder se ou quando o Coronel cair. A pergunta é se a Coligação não estará a fornecer à Al-Qaeda do Maghreb Islâmico a força aérea de que eles necessitavam, criando um santuário jihadista às portas da Europa, uma Europa que já conta no seu interior com vários grupos jihadistas, tolerados pelos Governos em nome de uma tolerância que, para esses grupos, não é visto senão como fraqueza.

Lembre-mos do que afirmava, no seu exílio de Londres, o líder do grupo Al-Muhayirun, Omar Bem Bakri: “Usaremos a vossa Democracia para destruir a vossa Democracia”.